

Inocência propõe voto aberto

JORGE BASTOS MORENO

BRASÍLIA — O presidente da Câmara, Inocência de Oliveira, vai propor como primeira emenda da revisão constitucional — e única que será votada separadamente; o restante será em bloco — a votação aberta para o processo de cassação de parlamentares. Ele quer, com isso, atrair os partidos refratários à mudança da Constituição e, principalmente, acelerar o processo da revisão constitucional, para que a emenda seja aprovada antes da votação das punições dos deputados investigados pela CPI da máfia do Orçamento.

Inocência pretende apresentar essa emenda já na primeira reunião de líderes marcada para janeiro, quando será discutida a pauta das votações das emendas que tiveram seus prazos prorrogados.

Paralelamente a essa emenda, o presidente da Câmara pretende tomar outras medidas moralizadoras para tentar recuperar a imagem do Legislativo. Em conversa com assessores, ele informou estar recebendo pressões para que a punição dos chamados “anões” seja feita só depois que a Câmara fizer uma limpeza dos processos por falta de decoro

parlamentar pendentes. Por isso, logo após a votação dos casos de propinas para mudança de partidos, ele quer que seja votado o caso dos chamados “baderneiros” — deputados que tumultuaram a primeira sessão da revisão constitucional.

Apesar de o relator Vital do Rego (PDT-RN) ter sugerido a pena de perda de mandato para os deputados Luiz Salomão, Wilson Muller e Paulo Ramos, todos do PDT, a Mesa da Câmara pretende aplicar uma penda mais branda, a de advertência escrita, que deverá ser lida em plenário pelo secretário Wilson Campos que, juntamente com o presidente do Senado, Humberto Lucena, foi vítima das agressões desses deputados.

O presidente da Câmara acredita que o processo de cassação dos deputados que se venderam para outros partidos será repetido no caso dos envolvidos na corrupção da Comissão de Orçamento, ou seja, a votação deverá ser em bloco, no entender de Inocência. Ele considerou um grande avanço a decisão da própria CPI de não mais apresentar dois pareceres à Comissão de Constituição e Justiça, o que, na sua avaliação, poderia ensejar conflitos entre os próprios envolvidos.



Inocência de Oliveira, presidente da Câmara dos Deputados: pressa na aprovação da emenda contra o voto secreto

OS DEZ MAIS

BRASÍLIA — A movimentação total dos citados nas denúncias do ex-funcionário José Carlos dos Santos, incluindo o próprio, já ultrapassa US\$ 100 milhões. O campeão é o deputado João Alves, em cuja totalização estão computadas a movimentação de sua empregada Noelma Alves e de outros “laranjas”. A relação dos dez que movimentaram mais dinheiro:

- 1 — João Alves — US\$ 51.036.588;
- 2 — José Carlos Alves — US\$ 12 milhões;
- 3 — Flávio Derzi — US\$ 9.628.944;
- 4 — Pedro Irujo — US\$ 8.428.673 (o primeiro levantamento, errado, apontava US\$ 5.918.182);
- 5 — Joaquim Roriz — US\$ 7.224.367;
- 6 — Fábio Raunheitti — US\$ 3.401.700;
- 7 — José Geraldo Ribeiro — US\$ 3.384.931;
- 8 — Cid Carvalho — US\$ 2.715.886;
- 9 — Manoel Moreira — US\$ 2.463.325; e
- 10 — Ibsen Pinheiro — US\$ 2.376.956.